



Secretaria de Estado
da Saúde



cosems | GO

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB



CONVOCAÇÃO N° 02/2025

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DE ATENÇÃO À SAÚDE

Data: 14/03/2025

Horário: 09:00 horas

Por Videoconferência

PAUTA

1 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO:

Dra. Amanda Limongi - Superintendente da SPAIS - SES e Dra. Patricia Fleury- Presidente do COSEMS, cumprimentaram a todos dando as boas vindas, desejando uma reunião muito profícua e deram início aos trabalhos.

Dra. Amanda Limongi - Superintendente da SPAIS- SES, apresentou a Dra. Ana Carolina, coordenadora do Projeto Respira Goiás que iniciou a apresentação do mesmo.

1.1 – Projeto Respira Goiás. (Apresentação: Dra. Ana Carolina – GERAP/SPAIS/SES)

Dra. Ana Carolina Galvão, médica pneumologista da UFG e servidora da SES – Coordenadora do Projeto Respira Goiás- GERAP/ SPAIS, explicou que o Projeto Respira Goiás, propõe um roteiro e estruturação em saúde pública, integrando os agravos respiratórios e ações programáticas em Goiás, trazendo como principais doenças a serem trabalhadas, nesse momento, embora tenha outras: a asma, DPOC e tuberculose pulmonar. Trata-se de um trabalho em parceria da SES com a UFG que tem como objetivo: melhorar a rede de cuidados, e integrar a academia com os serviços de saúde. Para tanto está previsto: capacitar os profissionais sobre o diagnóstico e tratamento; supervisionar casos clínicos atendidos nas unidades de APS; melhorar o acesso dos pacientes a RX de tórax, espirometria, e exames de escarro para tuberculose.

Dra. Patricia Fleury - Presidente COSEMS, parabenizou toda a equipe na pessoa da Dra. Ana Carolina, dizendo que essa parceria traz um ganho muito significativo para os profissionais de saúde da rede, assim como para os usuários, considerando a expertise da UFG nesse contexto. Perguntou se a qualificação será para todo Estado ou terá início com um recorte piloto, e como será esse apoio na realização dos exames, como que isso chegará nos municípios.

Dra. Ligia Duarte - Gerência de Atenção Primária, respondeu as questões, dizendo que a ideia é expandir para todo o Estado, mas trabalharão na lógica de Macrorregiões,

inicialmente, de forma online, pela manhã com os médicos e equipe multiprofissional e a tarde com os ACS, e após de forma presencial. O cronograma será em torno de dois meses para cada Macro, concluindo até janeiro de 2026. E sobre os exames informou que terão apoio das Regionais de Saúde para entenderem a lógica da Rede implantada em cada uma e para apoio aos exames contarão com uma Unidade itinerante para atenderem as necessidades dos exames.

Dra. Patricia Fleury- Presidente COSEMS, agradeceu sobre os esclarecimentos recebidos. Sugeriu que ao levar para a CIB terão que levar de forma muito clara para os gestores, apresentando um cronograma e explicitar o que se propõe.

Dra. Ana Carolina Galvão, médica pneumologista da UFG e servidora da SES – Coordenadora do Projeto Respira Goiás- GERAP/ SPAIS, concordou com a sugestão e considerou que dos exames o de espirometria é o mais complicado, mas pretendem implantar em todas as Policlínicas e ajudarem os gestores municipais a agilizar esses exames.

Dra. Patricia Fleury- Presidente COSEMS, sugeriu que deixassem bem claro aos municípios como acessar e encaminhar os usuários para os exames que não tem no município.

Dra. Ligia Duarte - Gerência de Atenção Primária, disse que já tem o cronograma e os fluxos para apresentarem na reunião da CIB.

Dra. Ana Paula – COSEMS, questionou se a Macro já tem conhecimento do Evento da segunda- feira.

Dra. Ana Carolina Galvão, médica pneumologista da UFG e servidora da SES – Coordenadora do Projeto Respira Goiás- GERAP/ SPAIS – informou que havia perdido o contato, entrou novamente, na reunião e explicou que sim e justificou que iniciaram na São Patrício II, como piloto, onde foram testando a estratégia e também em São Luiz, da Macro Oeste II devido ter na Região um Campo de Estágio da UFG, e reforçou que todos os envolvidos já tem conhecimento, inclusive as inscrições dos profissionais já foram realizadas com um total de 108 do nível superior e 108 de ACS. Farão de forma intensiva.

Encaminhamento: vai para pauta da reunião da CIB como apresentação em forma de cronograma e explicitar o que se propõe, para que fique claro para os gestores.

1.2 – Monitoramento e Avaliação na Atenção Primária. (Apresentação: Eliana Fernandes – GERAP/SPAIS/SES)

Dra. Eliana Fernandes - GERAP/SPAIS/SES), relatou que esse monitoramento e avaliação traz para os técnicos e gestores as ferramentas para esse Monitoramento e Avaliação na Atenção Primária, como instrumentos para retroalimentar e verificar como

está o caminhar da APS para a tomada de decisão. Apresentou os respectivos relatórios: e-gestor APS; SISAB versão 2.0 (é uma versão nova, ainda não está disponível para o Estado); Painel APS, orientou que o município tem que baixar para acompanhamento, é muito importante para os gestores, pois permite acompanharem a situação de seu município, pois reúne dados populacionais e de saúde que permitem um acompanhamento da população cadastrada; a PEC traz a produção local que ainda não sofreram a validação do MS, é o dia/dia das equipes locais; e CNES que traz as informações cadastrais dos profissionais e da unidade e pode levar a suspensão de 100% do Programa do município, caso tenha inconsistência nessas informações.

1.3 – Núcleo Local de Pesquisa e Melhores Práticas. (Apresentação: Maria Cristina Magalhães – GERAP/SPAIS/SES)

Dra. Patricia Palmeira de Brito - SMS/Presidente COSEMS, respondeu que precisa consultar a assessoria técnica. Solicitou que o assunto permaneça suspenso até o final do GT, para que, nesse meio tempo, possa consultar a assessoria e entregar a resposta à Dra. Lirce.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi - Superintendente de Políticas e Atenção Integral à Saúde, informou que, caso a Dra. Patricia deseja, encaminhará a apresentação.

Dra. Maria Cristina Magalhães - Enfermeira GERAP/SES, esclareceu que Dra. Patricia havia perguntado a respeito de prazos. No cronograma previsto para realizar as atividades necessárias ao desenvolvimento, o lançamento do Núcleo na Macrorregião de Saúde Centro-Norte será realizado em abril. Contudo, antes disso, é ideal que haja uma resolução da CIB com o Núcleo já oficializado e implantado, para viabilizar o lançamento. Por esse motivo, propõe-se que o tema seja apreciado na CIB de março.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito - SMS/Presidente COSEMS, questionou se trata-se de um PROADI.

Dra. Maria Cristina Magalhães - Enfermeira GERAP/SES, esclareceu que a iniciativa está inserida no PROADI da Planificação, não sendo um projeto separado. Ressaltou, no entanto, que isso não impede que profissionais da Atenção Primária desenvolvam projetos de pesquisa que não estejam diretamente vinculados a Planificação. É necessário ter uma visão ampliada, que vá além do escopo da Planificação. Os pesquisadores envolvem tanto profissionais da Atenção Primária quanto da Atenção Especializada, mas os trabalhos não estão necessariamente restritos ao projeto PROADI.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito - SMS/Presidente COSEMS, mencionou que conta com assessoria tanto da Atenção Primária quanto da Atenção Especializada e que dialogará com ambas. Acredita que não há impedimento para que a pactuação ocorra nesta reunião.

Dra. Lirce Lamounier - Informou que a reunião do GT de Atenção, no mês de abril, será realizada no dia 11, e a reunião da CIB ocorrerá no dia 16.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi - Superintendente de Políticas e Atenção Integral à Saúde, informou que enviou o convite da reunião para a Dra. Patrícia, caso ela tenha alguma dúvida.



Encaminhamento: vai para pauta da CIB

2 – DISCUSSÃO E PACTUAÇÃO:

2.1 – Habilitação de 05 leitos de UTI tipo II, para o Hospital e Maternidade Nossa Senhora Aparecida, do município de Caldas Novas, com impacto financeiro de R\$ 985.500,00 ao ano. (SMS Caldas Novas)

Dr. André Luiz – informou que, após a última conversa, conseguiu convencê-lo a disponibilizar mais 5 leitos. Mencionou que havia um problema de pagamento, mas que tudo já foi regularizado. Ressaltou ainda que essa é uma necessidade não só de Caldas Novas, mas de toda a região.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi - Superintendente de Políticas e Atenção Integral à Saúde, informou que a equipe técnica da SPAIS já realizou a avaliação e emitiu parecer favorável.

Dra. Patricia Palmeira de Brito - SMS/Presidente COSEMS, informou que, pelo COSEMS, está tudo certo.

Dra. Junelle Paganini Lopes - Gerente de Processamento da Produção SES, complementou que a documentação também passou pela Coordenação de Habilitação, onde foi realizada a verificação, estando tudo correto.

Encaminhamento: vai para pauta da CIB

2.2 – Habilitação do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I Florescer, CNES nº 4942353, no município de Hidrolândia. (SMS Hidrolândia)

Dra. Girlaine – SMS Hidrolândia, informou que o CAPS foi inaugurado em fevereiro e que receberam a visita da Gerência de Saúde Mental do Estado para vistoria. No momento, o processo está passando pela CIB para resolução, a fim de dar continuidade à habilitação do CAPS Tipo I do município de Hidrolândia.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi - Superintendente de Políticas e Atenção Integral à Saúde, perguntou à Dra. Nathalia se gostaria de falar algo sobre a avaliação da equipe.

Dra. Nathalia dos Santos Silva – Gerente de Saúde Mental, parabenizou o município de Hidrolândia, ressaltando que o CAPS possui uma estrutura bonita e acolhedora, atendendo às normas do Ministério da Saúde, referentes à Vigilância. Destacou ainda que a equipe é bastante engajada e demonstra desejo de desenvolver um trabalho coerente com a atenção psicossocial. Informou que, pela sua gerência, o CAPS também está apto para habilitação.

Dra. Junelle Paganini Lopes - Gerente de Processamento da Produção SES, informou que também está tudo certo.

Dra. Patricia Palmeira de Brito - SMS/Presidente COSEMS, recomendou que o assunto seja levado à CIB para pactuação, destacando que é importante pactuar para receber rapidamente o recurso e ampliar o acesso, especialmente na saúde mental, que ainda necessita de maior cobertura.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi - Superintendente de Políticas e Atenção Integral à Saúde, afirmou que esse tipo de pauta traz muita satisfação, principalmente quando se trata de



um CAPS estruturado dessa forma, e parabenizou a equipe de Hidrolândia.

Encaminhamento: vai para pauta da CIB

2.3 – Pactuar o remanejamento e adequação no SCNES de 58 (cinquenta e oito) leitos SUS de enfermaria de retaguarda, do Hospital de Urgências "Governador Otávio Lage de Siqueira" - HUGOL (CNES 7743068), para o Hospital Estadual Centro Norte - HCN, Uruaçu/GO. (GRAU/SU-REG/SES)

Dra. Lorena Mota – SUREG, explicou que a pauta decorre da necessidade de transferir 58 (cinquenta e oito) leitos clínicos de retaguarda do HUGOL. Quando foram criados, foi aprovado um total de 133 leitos de enfermaria de retaguarda, porém a equipe técnica realizou avaliação e identificou inconsistências. Atualmente, é necessário transferir esses 58 leitos para um novo CNES. Após todas as avaliações feitas tanto pela equipe técnica de regulação quanto pela SPAIS, concluiu-se pela necessidade de transferir os leitos para o HCN, uma unidade nova que possui a estrutura adequada. Essa proposta já havia sido prevista no PAR da Macrorregião Centro-Norte, em função da reorganização da rede de urgência. Assim, a pactuação visa formalizar essa transferência dos leitos do HUGOL para o HCN.

Dra. Patricia Palmeira de Brito - SMS/Presidente COSEMS, informou que está tudo certo e destacou que as pautas de pactuação são excelentes.

Encaminhamento: vai para pauta da CIB

2.4 – Habilitação dos serviços de vasectomia (1902) e Laqueadura (1901) no Hospital Municipal Dr. Ednaldo Barboza Machado, CNES: 2438313, na cidade de Minaçu-GO. (Apresentação: Jordânia Fernandes de Lima – Secretaria Municipal de Saúde de Minaçu-GO).

Dra. Jordânia Fernandes – Secretaria de Saúde, informou que, no ano passado, foi construída e inaugurada uma nova ala, onde alguns procedimentos já são realizados, porém ainda não estão sendo faturados por falta de aplicação. Foi elaborado um plano seguindo todas as normas, estando aptos para executar determinados procedimentos, com prioridade para vasectomia e laqueadura, uma vez que esses serviços já são oferecidos, mas, no momento, não podem ser faturados devido à ausência de aplicação. Destacou que o tema já foi apresentado ao conselho e à CIB, e agora necessita de aprovação e encaminhamento para a CIR. A equipe conta com todos os profissionais necessários, incluindo dois anestesistas, cirurgião geral e obstetra disponível 24 horas por dia. O planejamento familiar é realizado uma vez por mês com as famílias, por meio de um momento dedicado a orientações. O planejamento é preenchido e registrado em cartório para a execução dos procedimentos.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito - SMS/Presidente COSEMS, informou que, pelo COSEMS, está tudo certo e ressaltou que é muito positivo ver um gestor atento ao que está produzindo, mesmo quando não consegue informar totalmente. Destacou que essa postura demonstra ao Ministério da Saúde que a produção é maior do que a recebida, o que fortalece o pleito por mais recursos.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi - Superintendente de Políticas e Atenção Integral à Saúde, informou que, pela SES, está tudo certo.

Dra. Junelle Paganini Lopes - Gerente de Processamento da Produção SES, informou que também está tudo certo.

Encaminhamento: vai para pauta da CIB

2.5 – Pactuação do município de Aparecida de Goiânia como Polo de aplicação de Palivizumabe. (Apresentação: Gysella Santana H. de Paiva – GERA/SPAIS/SES)

Dra. Gysella Santana – **Gerente de Assistência Farmacêutica**, iniciou explicando que o Palivizumabe é um anticorpo monoclonal e medicamento incorporado ao Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica. Explicou que o Ministério da Saúde realiza a aquisição centralizada do medicamento Palivizumabe e o distribui para os estados, que devem organizar a forma de aplicação dentro de suas redes. O medicamento é indicado para prevenção de doenças graves do trato respiratório inferior causadas pelo vírus sincicial respiratório (VSR). No Estado de Goiás, a administração ocorre de fevereiro a junho, devido à sazonalidade viral. Para crianças nascidas no final de junho, pode ser aplicada uma dose em julho caso tenham perdido a dose de junho, ou seja, se nasceram após as aplicações. Os critérios para receber a dose são: bebês prematuros que nasceram antes de 28 semanas e crianças de até 2 anos com doença cardíaca com repercussão hemodinâmica ou doença pulmonar crônica. Os polos de aplicação são: Goiânia, na Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia; HEMU para pacientes do interior; além do HC, Senador Canedo, Rio Verde e Anápolis. A proposta é pactuar o município de Aparecida de Goiânia como polo de aplicação para os bebês do município que se enquadrem nos critérios. A unidade onde ocorrerá a administração será a Maternidade Maria da Cruz, onde já foi realizada visita técnica que constatou condições adequadas para o procedimento. Dessa forma, haverá descentralização dos atendimentos, permitindo que os pacientes recebam o medicamento diretamente em seu município. Dra. Patricia Palmeira de Brito - SMS/Presidente COSEMS, orientou que seja levado para a CIB a pactuação do município de Aparecida como parte da rede de aplicação. Ressaltou a necessidade de um fluxo bem definido, com acesso direcionado para quem realmente precisa, e uma rede funcionando adequadamente. Informou que, pelo COSEMS, está tudo correto para a pactuação.

Encaminhamento: vai para pauta da CIB

2.6 – Habilitação de uma Unidade de Suporte Básico – UBS SAMU para o município de Campinorte. (GRAU/SUREG/SES) **retirado de pauta**

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi - **Superintendente de Políticas e Atenção Integral à Saúde**, informou que o item foi retirado da Pauta, pois não há necessidade de pactuação para receber cofinanciamento estadual referente à unidade de suporte básico do SAMU, uma vez que já está habilitada pelo Ministério da Saúde.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito - SMS/Presidente COSEMS, respondeu que o Ministério da Saúde já está efetuando os pagamentos.

2.7 – Apresentação do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada (PMAE), OCI's, Regimento dos Núcleos e previsão de implantação. (GEREX/SUREG/SES)

Dra. Lorena Nunes Mota – **Superintendente de Regulação, Controle e Avaliação**, explicou que o PMAE já foi bastante discutido em outras ocasiões. Trata-se de um programa que visa garantir que o paciente necessite de uma consulta ou exame especializado sem ficar em diversas filas. Para isso, o Ministério da Saúde criou a oferta de cuidado integrado, que é o conjunto de procedimentos de consulta e exame. Essa OCI possui um código de procedimento principal na tabela SIGTAP, e a forma de financiamento é o FAEC pós-fixado. A apresentação é feita pela



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

APAC, e as OCIs devem ser realizadas e apresentadas em até 60 dias da sua competência. As especialidades contempladas nas OCIs são cardiologia, ortopedia, otorrinolaringologia, oftalmologia e oncologia. O Estado já elaborou o regimento interno do núcleo de cuidado e do núcleo de regulação, que será encaminhado aos municípios ainda neste mês. O Estado está montando seu núcleo de regulação, e os municípios responsáveis pelo núcleo de gestão e regulação também precisam compor suas equipes, visto que receberam recursos para implantação desses núcleos. No âmbito da SES, toda regulação, agendamento e faturamento serão feitos no SIGO – módulos GERCON e GERPAC faturamento, com início previsto para março. As filas de espera atuais para cada especialidade serão avaliadas, e as identificadas no perfil da OCI serão migradas para essa nova fila, para agendamento e execução dentro do prazo estabelecido. O faturamento deverá ser feito por APAC, e estas, para registro de OCI, precisam utilizar o dígito 7 e caráter de atendimento eletivo. Em relação às cirurgias eletivas, os municípios já receberam recurso no valor de R\$ 6.922.650,21 (Seis milhões, novecentos e vinte e dois mil, seiscentos e cinquenta reais e vinte e um centavos), conforme portaria do Ministério da Saúde que traz uma lista de 1.270 procedimentos, com incremento federal de até 300%. Há a obrigação de cumprir as cirurgias eletivas baseando-se nessa lista. O recurso total que o Estado receberá será de R\$ 41.492.257,12 (Quarenta e hum milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, duzentos e cinquenta e sete reais e doze centavos), sendo que o restante será pago após a produção. Foi apresentada novamente a lista dos municípios executores, também apresentada na CIM, assim como a planilha de pontuação feita na CIM. Os secretários municipais não estiveram presentes, e ficou alinhado que deverão se manifestar até 48 horas após a conclusão da CIM. O envio do ofício informando as pontuações deverá seguir o modelo apresentado e ser encaminhado à gerência de regionais. Reforçou que uma nova pontuação, a repactuação, será realizada no espaço de governança daqui a 90 dias. Para concluir, destacou a necessidade de qualificar e higienizar o REGNET, fila única, tanto para fins de execução quanto para faturamento das cirurgias eletivas.

Dra. Janine – Questionou se, em relação aos treinamentos sobre o faturamento com o FAEC, especialmente para os municípios que contam com novas equipes gestoras, há alguma previsão de calendário para sua realização.

Dra. Lorena Nunes Mota – Superintendente de Regulação, Controle e Avaliação, perguntou à Dra. Junelle se ela possui o cronograma, pois é a responsável pela organização e realização do treinamento por macrorregiões.

Dra. Junelle Paganini Lopes - Gerente de Processamento da Produção SES, respondeu que realizou treinamentos com o pessoal das regionais, incluindo o treinamento do CNES e do PMAE. Informou que, conforme explicado pela Dra. Lorena, o núcleo de regulação já possui pessoas específicas responsáveis, que estarão realizando os treinamentos. O cronograma será elaborado ainda neste mês de março e já está sendo alinhado com as regionais para que todos participem.

Dra. Patricia Palmeira de Brito - SMS/Presidente COSEMS, perguntou se essa pauta também deve ser apresentada nas CIRs para a Dra. Junelle. Sugeriu que, na primeira semana de abril, seja feita a apresentação nas CIRs das referências técnicas regionais, destacando quem são as pessoas que compõem os núcleos, quem são os profissionais nas regionais que receberam treinamento para apoiar, acompanhar e monitorar os municípios. Acredita que essa é uma pauta importante para as CIRs, para que essas referências técnicas regionais se apresentem e apresentem os Núcleos.

Dra. Junelle Paganini Lopes - Gerente de Processamento da Produção SES, respondeu que



concorda e confirmou que é isso mesmo.

Dra. Patricia Palmeira de Brito - SMS/Presidente COSEMS, informou que a Dra. Amanda perdeu a conexão com a reunião.

Dra. Lorena Nunes Mota – Superintendente de Regulação, Controle e Avaliação, informou que essa pauta será encaminhada para a CIB para pontuação da planilha, e que o encaminhamento ficará para a CIM realizar novamente o diálogo com os municípios.

Dra. Patricia Palmeira de Brito - SMS/Presidente COSEMS, disse que já pode então passar para a região de saúde Sudoeste I.

Encaminhamento: vai para pauta da CIB

2.8 – Apresentação do componente cirúrgico do PMAE, recursos recebidos e pontuação entre municípios solicitantes e gestores executantes. (GERCE/SUREG/SES)

Foi apresentado e discutido no item 2.7

Encaminhamento: vai para pauta da CIB

INCLUSÃO DE PAUTA

2.9 – Aprovar o aditivo do “PAR – Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências/RUE – Região de Saúde Sudoeste I”, que inclui:

– Hospital Municipal Universitário (HMU): CNES 2340690:

- 20 leitos de Terapia Intensiva Adulto Tipo II;
- 07 leitos de Terapia Intensiva Coronariana;
- 50 leitos de enfermaria clínica de retaguarda;
- 25 leitos de Unidade de Cuidados Prolongados (UCP);
- 1 Porta de Entrada Hospitalar de Urgência (PEHU).

– Hospital Materno Infantil Augusta Bastos (CNES: 4261682):

- 1 Porta de Entrada Hospitalar de Urgência (PEHU). (SMS Rio Verde)

Dra. Patrícia Palmeira – Presidente COSEMS/GO, perguntou se esse item foi inclusão ou teve acompanhamento da área Técnica.

Dra. Amanda Santos Limongi – SPAIS, respondeu que foi inclusão de pauta.

Dra. Janaina Fernandes, disse que os itens que serão apresentados pelo Dr. Thiago foram discutidos no município de Caiapônia e a Dra. Débora da Regional Sudoeste I havia entrado em contato com a área técnica da SES e o Dr. Thiago apresentaria a pauta.

Dra. Débora da SMS do município de Rio Verde, disse que a pauta é um aditivo do PAR do ano de 2019. O município construiu um hospital e tem muitas demandas, serviços que precisam habilitados. Como não estavam previsto na PAR RUE, então conversou com a Oriana e o município se manifestou do interesse de habilitar esses serviços no hospital. Então, se manifestaram na Macrorregiões CIM e com isso a necessidade de colocar na pauta da CIB para a



habilitação dos serviços.

Dra. Marina Moraes da Assessoria Técnica da Rede de Atenção, disse que são responsáveis pela coordenação e elaboração do PAR. O Dr. Thiago havia entrado em contato realmente, e o orientou que o Ministério da Saúde disse que não seria possível fazer esse aditivo no PAR, porque está extremamente defasado, já tem 06 anos. Com isso o MS iria devolver essa solicitação requerendo a atualização dos PARs. Assim, já iniciaram as atualizações, começaram pelo PAR da Centro Norte. Tem a previsão de até o mês de julho entregar os outros. Portanto, esclareceu ao Dr. Thiago que precisam aguardar a atualização.

Dr. Thiago, SMS do município de Rio Verde, disse que tem a necessidade da atualização do PAR-RUE, porque a última versão era do ano de 2019. O município de Rio Verde investiu em um hospital de 360 leitos e a inauguração está prevista para o final de maio/2025. A solicitação é em decorrência de visita feita no MS em que foi orientado que a partir do momento em que houver uma Resolução CIB aditiva ao PAR, o MS consegue apoiar para habilitação e qualificação. Assim, para o Hospital de Rio Verde fizeram estudo e análise com apoio da Regional de Saúde dos serviços que irão oferecer. Para o município de Rio Verde é muito importante a Resolução CIB. O anseio é que o item siga para CIB para que consigam a Resolução. A discussão continuou junto ao item 2.10

Encaminhamento: não vai para pauta da reunião da CIB

2.10 – Aprovar a Inclusão no Plano de Ação Regional da Rede de Atenção Materna e Infantil (Rede Alyne) dos seguintes serviços do Hospital Materno Infantil Augusta Bastos – CNES – 4261682:

Ambulatório de Alto Risco A-GPAR: 2 consultórios;

Ambulatório de Seguimento A-SEG: 3 consultórios;

Centro de Parto Normal Intra-Hospitalar Tipo 1: 5 salas PPP;

Serviços Hospitalares de Referência à Gestão e Puérperio de Alto Risco - HGPAR: 2 unidades;

Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Canguru (UCINCa): 5 unidades;

Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional (UCINCo): 10 unidades.

(SMS Rio Verde)

Dr. Thiago, SMS do município de Rio Verde, disse sobre a necessidade de aprovação da inclusão do Plano Regional da Atenção Materna Infantil, junto a Rede Alyne, porque de acordo com o Ministério da Saúde também precisa de Resolução CIB. Essa inclusão fortalece a assistência Materno Infantil para Macrorregião e também para o Estado com atendimento especializado. Precisam de Resolução para que consigam recurso junto ao Ministério da Saúde.

Dra. Amanda Santos Limongi – SPAIS, disse que sobre a questão da Resolução CIB do PAR-RUE como foi colocado pela Dra. Marina e conversou com o subsecretário o qual não colocou óbice para que faça a Resolução CIB. No entanto, coloca que o hospital ainda não está em funcionamento e que no PAR da RUE atualizada colocaria o hospital.

Dra. Patrícia Palmeira – Presidente COSEMS/GO, disse que não tem objeção em emitir a Resolução. Contudo, incorrerão no mesmo erro que acontece, porque são criticados pelo Ministério,



pois precisam de uma atualização no PAR da RUE. A angustia é plausível, mas precisam atualizar o PAR. O desenho do PAR apresentado é que o paciente chegue ao serviço bem mais rápido do que esta. Então, é uma discussão complexa para essa pauta é um problema sério que estaria no radar e está sendo discutido. Para o COSEMS se posicionar seria necessário escutar a Região em CIR e CIM. Não adianta apenas assinar uma resolução e quando chegar no Ministério retornarão com várias críticas.

Dr. Thiago, SMS/ Rio Verde, disse que sente que o município estaria sendo penalizado pela desatualização do PAR. Isso seria uma tentativa para funcionamento com custeio alto. Assunto passou em CIM e CIR. Muito importante essa decisão para fortalecimento da Macroregião.

Dra. Marina Moraes da Assessoria Técnica da Rede de Atenção/SES, informou que os leitos ainda não estão no CNES e isso preocupa para essa tomada de decisão. A orientação da área técnica do Ministério da Saúde seria que poderia fazer a Resolução porém não aceitariam e retornaria pedindo uma atualização completa do PAR. Com esse PAR tão desfasado não conseguem fazer esse aditivo.

Dra. Patrícia Palmeira – Presidente COSEMS/GO, orientou que como encaminhamento, a área técnica da SES faça uma visita, realize as observações mais aprofundadas e se os leitos estiverem prontos emite uma Resolução “Ad referendum” lembrando porém que o Ministério da Saúde não vai aceitar. Trazer a pauta mais madura para o próximo GT. Informou a Lirce que o componente Especializado da assistência farmacêutica tem que ir para a CoNITEC sendo que a equipe de Nefrologia avaliará a necessidade de inclusão da tecnologia. Nenhum item do município de Rio Verde irá para a pauta da CIB.

Dr. Oriana – SES, fez uma observação ao Dr. Tiago que ele fizesse o cadastramento dos leitos informando ao MS que seria um serviço novo.

Dra. Patrícia Palmeira – Presidente COSEMS/GO, disse que o município não pediu dentro do PAR previsão e abertura e sim habilitação. Sugeriu uma reunião para alinhamento das dúvidas.

Encaminhamento: não vai para pauta da CIB

2.11 – Aprovar a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Verde de revisão dos critérios de dispensação e inclusão dos medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica com a alteração do valor mínimo de hemoglobina para inclusão de sacarato, atualmente de <10,0 para <13,0 para pacientes já em uso da alfaepoetina para o tratamento de anemia na doença renal crônica. (SMS Rio Verde)

Dra. Amanda Vilela, disse que o paciente renal crônico, tem uma anemia devida a uma deficiência de eritropoetina (EPO). A EPO é um hormônio que estimula a produção dos globos vermelhos que formam hemácias e hemoglobina. O rim é órgão que mais produz eritropoetina, então quando tem uma funcionalidade prejudicada o paciente tem deficiência na produção do

hormônio. A deficiência do ferro também é bem comum nos pacientes por conta da perda sanguínea durante a dieta da diálise em que tem restringir proteína e a inflamação crônica. Portanto, sempre tem uma deficiência de ferro associada a deficiência da eritropoetina. Assim, recebem as medicações, justamente, para manter os níveis controláveis e evitar transfusão de sangue de rotina. Tentam manter os níveis de ferro e hemoglobina controlados nesses pacientes. Explicou como incluir a eritropoetina nos pacientes que precisam, e que a sugestão é que para incluir o ferro gostariam de mudar o ponto de corte da hemoglobina de 10 para 13, para que o paciente não fique sem a suplementação de ferro e para que não aconteça uma queda maior de hemoglobina. Quando a hemoglobina cai e o ferro está baixo não conseguem pedir a eritropoetina. A intenção é tentar aumentar o ponto de corte do ferro, com isso pede que passe de 10 para 13 para acrescentar o ferro e não reduzir a hemoglobina e piorar a situação do paciente.

Dra. Gysella Santana – Gerente de Assistência Farmacêutica, disse que entende o pedido, mas os medicamentos dos componentes especializados em especial a eritropoetina e o sacarato possuem um regramento que é estabelecido pelo Ministério da Saúde, quem faz o protocolo é a CONITEC. Logo a CONITEC elabora os protocolos e não teve alteração nestes protocolos que permita fazer a dispensação. Quando vão dispensar qualquer medicamento do componente especializado precisam observar o protocolo para dispensação. Se coubesse ao Estado tomar essa decisão, poderiam fazer, mas não cabe a esfera do Estado fazer essa pontuação, já que depende do MS. Podem elaborar um docê com todas as informações, propondo que o Estado faça uma incorporação extra do protocolo do MS. Assim, passa pelos transmitem, fazem uma análise de impacto financeiro. Com isso, tentam fazer uma provocação junto ao Ministério, também, para tentar uma revisão dos protocolos.

Dra. Amanda Santos Limongi – SPAIS, agradeceu e disse que essa pauta não seria item de pontuação.

Dra. Patrícia Palmeira – Presidente COSEMS/GO, disse que foi um item de inclusão. Que existe um fluxo para incorporação de tecnologia. Portanto, precisa estreitar o contato e encaminhar tanto para a Comissão Estadual quanto para Comissão Nacional.

Encaminhamento: item não vai para pauta da CIB

2.12 – Aprovar a implantação de 02 (dois) leitos em Saúde Mental no Hospital Municipal Dr. Henrique Santilo, no município de Goiatuba, de forma regionalizada com os municípios de Joviânia, Aloândia e Panamá. (SMS Goiatuba)

SMS – Goiatuba, informou que essa solicitação seria para atendimento a pacientes para tratamento de saúde mental. Já tem estrutura e equipe determinada. Informou também a necessidade de implantação do CAPS, solicitado no item 2.13.

Dra. Nathália Santos – Gêrencia de Saúde Mental/SES, disse que a Gerência acompanha de perto essas implantações. Disse ser favorável a solicitação do município. É necessário Resolução CIB. Começou a funcionar o serviço, solicita a vistoria da Gerência para providenciar a habilitação e custeio mais rápido possível. Os 02 processos podem correr juntos.

Encaminhamento: vai para pauta da CIB



2.13 – Aprovar a implantação do CAPS modalidade I no município de Goiatuba de forma regionalizada com os municípios de Joviânia, Aloândia e Panamá. (SMS Goiatuba)

Apresentado a solicitação junto ao item acima.

Encaminhamento: vai para pauta da CIB

3 – INFORMES:

3.1 – 4º Encontro Estadual de coordenadores de serviços de Saúde Mental. (Apresentação: Nathália dos Santos Silva – GESM/SPAIS/SES)

Dra. Nathália Santos – Gêrcencia de Saúde Mental/SES, informou que o Encontro será realizado nos dias 08 e 09/04 no município de Caldas Novas, objetivando realizar gestão participativa e trabalhar no planejamento e organização de trabalho nos CAPS. Público-alvo serão os Coordenadores dos CAPS, Gerentes municipais de saúde mental e COSEMS. Solicitou a participação no evento desses profissionais. Será ofertado pela SES a alimentação e hospedagem.

Encaminhamento: vai para pauta da reunião da CIB

3.2 – Distribuição de canetas reutilizáveis para insulina pelo Ministério da Saúde. (Apresentação: Gysella Santana H. de Paiva – GERA/SPAIS/SES)

Dra. Gysella Santana H. de Paiva – GERA/SPAIS/SES, informou que atualmente a SES vem recebendo as canetas de insulina descartáveis do Ministério da Saúde. O MS fez uma nova aquisição agora de canetas reutilizáveis. Ela tem duração de 03 anos. A preocupação seria do paciente descartar essa caneta uma vez que ainda estão sendo distribuídas canetas descartáveis. Importante que os municípios prestem atenção nesses 02 tipos de caneta. No momento da dispensação, muito importante que os profissionais estejam aptos a orientar os usuários. Será realizada uma capacitação no próximo dia 17. Já enviou o link de inscrição para as Regionais. Informou que no mês de Março, o MS não conseguirá entregar 100% da solicitação da SES. Provavelmente poderá ocorrer desabastecimento dessas insulinas nesse mês. Disse que a SES vem tentando um novo quantitativo junto ao Ministério para suprir a necessidade.

Dra. Ana Paula – COSEMS, informou que o COSEMS já disparou a informação e o link aos apoiadores em relação ao treinamento.

Encaminhamento: vai para pauta da CIB

3.3 - Evento Integra Saúde Goiás - (SES)

Dra. Andressa/SES, solicitou a participação dos Secretários Municipais no evento que será realizado no dia 20/03/2025 das 07:30 às 20:00 hs no Centro de Convenções de Goiânia. Deixou disponível o link de inscrição.

Dra. Amanda Santos Limongi – SPAIS/SES, reforçou o convite para participação no evento.



Secretaria de Estado
da Saúde



cosems|GO

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB



Dra. Ana Paula – COSEMS, informou que com relação a formação do núcleo de pesquisas discutido no início da reunião, o COSEMS informa que participará dos acompanhamentos e não dentro da composição.

Finalizada a reunião